

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: André Martins Biancarelli, Heloíse de
8 Oliveira Pastore Jensen, José Alexandre Diniz, Márcio Antônio Cataia, Matheus da Silva
9 Marchetti Martins e Verónica Andrea González-López. Como convidados, comparecerão o
10 professor João Renato Bennini Júnior, a senhora Talita de Almeida Mendes e o senhor
11 Wellington de Oliveira. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima
12 Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada
13 de forma híbrida. Submete à apreciação a Ata da 156ª Sessão Ordinária, consultando se há
14 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 02
15 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 03 itens, iniciando a discussão do item 01 – 01-P-
16 10977/2023 –, que trata da solicitação de recursos do Plano Plurianual de Investimentos para
17 contratação de obras sob gerenciamento da Depi. Passa a palavra à senhora Talita para fazer
18 uma apresentação das obras e dos critérios que foram utilizados para aprovação dessas obras.
19 A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES informa que o senhor Wellington Oliveira,
20 coordenador da gestão de empreendimentos, está também conectado à reunião e se houver
21 alguma dúvida ele ajuda com os esclarecimentos. Informa que já tiveram uma aprovação de
22 recursos do PPI no ano passado, para quatro grandes obras, e traz um panorama delas: havia
23 dois remanescentes, um era o centro clínico da FOP, uma obra de R\$12 milhões que foram
24 aprovados, mas tiveram um valor um pouco acima contratado, porque nesse meio-tempo houve
25 uma atualização de preços para ir para licitação, é uma obra que está em execução; e o
26 remanescente dos LIPs, que são aqueles três prédios próximos ao Museu Exploratório de
27 Ciências, no valor de R\$15 milhões, obra que está em fase final de projeto executivo. É uma
28 obra que ainda não foi contratada. Como obra nova, há a ampliação do Cotuca, que é um anexo
29 bem ao lado do prédio histórico, uma obra já em execução e que ficou com valor um pouco
30 menor do que o aprovado. Também como obra nova o prédio multiuso de Limeira, que vai
31 atender FT e FCA, aprovada com valor de R\$84 milhões, mas que teve uma redução de quase
32 R\$3 milhões. Essa obra também está em execução e está sendo fiscalizada pelo pessoal da SAR.
33 Então essas são as obras aprovadas no ano passado para o PPI, que estão em andamento. No
34 *slide* seguinte, apresenta as demandas que ainda estão na fila, sem previsão de recursos. Claro
35 que não conseguem atender tudo de uma vez; estão na fila para atendimento 133 demandas, no
36 valor estimado de R\$186 milhões; há 45 projetos que já estão em desenvolvimento, no valor de
37 R\$127 milhões; e os projetos em contratação, que são 12, no valor total de R\$10 milhões.
38 Portanto, existe um montante de R\$323 milhões de demanda hoje, e recebem demandas todos
39 os dias através do sistema da Depi. Houve uma aprovação na Copei, na semana passada, dos
40 recursos da PDO, então há um recurso de PDO que é administrado pela Depi junto com a

1 Aeplan. Na PDO deste ano, foram distribuídos R\$20 milhões para os investimentos em obras,
2 e o que a Depi oferece para a Copei é uma proposta dessa distribuição dentro dos tipos de obra.
3 Trabalham com listas de tipos de obras diferentes, que exibe no *slide*; possuem as
4 disponibilidades desde 2019, quando começaram esse modelo, a posição do saldo e a proposta
5 que fizeram para a Copei. Então, desses R\$20 milhões, a proposta que foi aprovada foi
6 investimento de R\$5 milhões nas obras de acessibilidade, R\$5 milhões nas obras para
7 adequação e contratação de projetos visando AVCB, e R\$10 milhões em reforma, que é o
8 grande volume mesmo em demandas que possuem. Não colocaram a distribuição dos R\$20
9 milhões nem em obra nova, nem em remanescente, porque são obras de maior vulto, e é isso o
10 que estão trazendo aqui hoje para aprovação do PPI para algumas obras. Para reformas também
11 em alguns casos estão solicitando recursos do PPI, porque são reformas um pouco mais caras.
12 Em planejamento urbano não há perspectiva de novos projetos dentro das demandas que
13 receberam, então não estão colocando recurso neste ano para isso. A linha de urgência e
14 contingência é justamente para atender a pedidos de urgência de obras, algum imprevisto,
15 alguma situação mais urgente, e nela colocam também as atualizações de preço de obras,
16 aditivos, para tratar essas contingências. Agora trazem a proposta para os investimentos com
17 recursos do PPI; buscaram aquelas demandas que são maiores e que possuem condições de ser
18 contratadas ainda neste ano. São demandas que já foram aprovadas e priorizadas pela Copei e
19 que estão em fase ou já de projeto concluído, ou em fase final de conclusão de projetos. Então,
20 haverá uma lista de remanescentes e uma de obras novas, além de uma com outros tipos de
21 obras. Vai citar uma por uma e depois pode, se os membros quiserem algum esclarecimento
22 sobre alguma delas, detalhar o que for preciso. Então, na lista de obras novas, estão incluindo
23 os recursos para o ginásio de esportes da FCA, no valor de R\$15 milhões, um projeto que está
24 sendo concluído agora no mês que vem; o bloco de salas de aula da Faculdade de Engenharia
25 Mecânica, no valor de R\$2,2 milhões, projeto a ser concluído também no próximo mês; a
26 reforma e ampliação do Cecom, que contempla também um remanejamento de redes de água e
27 esgoto que passa nesse local onde vai ser ampliado o Cecom, no valor de R\$12,2 milhões, um
28 projeto que deve estar pronto em junho. Há também a expansão do prédio do LacCTAD, onde
29 foi construída só uma asa, é preciso construir a outra asa; o projeto está concluído e o valor é
30 de R\$5,2 milhões. Também o prédio de ensino da FEQ, que é uma demanda antiga, no valor de
31 R\$6,5 milhões, com projeto concluído; e portaria de veículos do *campus* 2 de Limeira, R\$3,9
32 milhões, projeto concluído. E o auditório do prédio da anatomia do IB, R\$2,4 milhões, com o
33 projeto também concluído. Entram na lista de remanescentes que podem ser iniciados também
34 este ano: ampliação do Nepp/Nepo/Cede, uma obra que está inacabada, fica localizada ao lado
35 do prédio de Educorp e falta pouco para concluir, só 10% da obra; o valor é de R\$1,950 milhão
36 e o projeto está concluído. A nova sede do Siarq, que fica acima do prédio da Embrapa, uma
37 obra de R\$13 milhões, com projeto já concluído. Nessa obra estão entrando, inclusive, com um
38 piloto de contratação integrada dentro da nova lei, uma estratégia que, se der certo, vai ser muito
39 boa para a qualidade e para o tempo de obra. Estão usando esse remanescente do Siarq para
40 fazer esse piloto. E há também a conclusão dos LIPs, que é uma obra que já apareceu e teve os

1 recursos aprovados no ano passado, mas agora com o projeto executivo completo há uma
2 diferença de R\$5,6 milhões para ser aportada. Nos outros tipos de obras, há núcleo de
3 acessibilidade na Feagri para atender os prédios 1 e 2 e o elevador do prédio 3, com valor
4 estimado de R\$4,3 milhões. Projeto estará pronto em maio deste ano. De AVCB há duas
5 execuções que são grandes: o bloco principal da Faculdade de Educação e o prédio do Imecc,
6 de R\$3 milhões e R\$4 milhões, respectivamente, com projetos a finalizar agora em abril. Em
7 relação às reformas, há a reforma elétrica completa do ginásio e do CDC, fazendo o retrofit
8 total de elétrica, no valor de quase R\$8 milhões. O projeto também está concluído e ele tem a
9 ver com AVCB também, pois não conseguem tirar o AVCB nas condições elétricas em que o
10 prédio está hoje. Então ele é um dos passos para o AVCB. Também ocorrerá a instalação de
11 brises para o prédio do IG, no valor de R\$3,5 milhões, que foram colocados apenas em uma
12 pequena parte da obra quando ela foi feita. Ainda consta da lista a reforma da sala dos
13 professores, no segundo piso do prédio principal da Faculdade de Educação, uma obra de R\$3
14 milhões. Trata-se de uma ala que possui todas as divisórias em amianto, uma área que está
15 bastante defasada, um projeto que estão fazendo internamente e deve terminar também no mês
16 que vem. A reforma elétrica do prédio da Engenharia Básica, no valor de R\$3 milhões, com
17 projeto sendo concluído em maio. Uma reforma das salas da Procuradoria Geral de R\$1 milhão,
18 também projeto a ser concluído em maio, que estão fazendo internamente. E a substituição da
19 cobertura do prédio da Biblioteca Central, com valor de R\$3,2 milhões, um projeto que também
20 está se encerrando no próximo mês. Então, dessa lista de recursos propostos para o PPI de 2023,
21 há um total de R\$20,6 milhões para obras remanescentes, R\$47,5 milhões para obras novas e
22 R\$33 milhões para os demais tipos de obras que citou agora. Em um total de R\$101 milhões
23 para todas essas demandas que conseguem colocar em contratação em 2023, se tiverem os
24 recursos do PPI. Coloca-se à disposição para esclarecer dúvidas. O Professor MÁRCIO
25 ANTONIO CATAIA parabeniza a iniciativa da Depi de olhar para a Universidade toda e fazer
26 esse trabalho de distribuição que estão fazendo nessas obras. Ontem ocorreu reunião do
27 conselho interdepartamental no IG e alguns colegas perguntaram como são estabelecidas as
28 prioridades nas obras, então solicita que a senhora Talita esclareça, para que possa levar essa
29 informação, inclusive como representante aqui das Exatas. A Professora VERÓNICA
30 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece pela apresentação, que foi bastante esclarecedora.
31 Pergunta o que é o AVCB, e também como está a prioridade sobre obras relacionadas ao Ciclo
32 Básico e ao PB, no que se refere aos espaços de salas de aulas comuns. Reitera a necessidade
33 de reestruturar esses espaços. Ministra muita aula ali, transita por lá e vê que o PB está
34 precisando realmente de uma reestruturação. Então pergunta como está a hierarquia para
35 reestruturação dessas salas que, há um tempo, estão demandando uma atenção especial. A
36 Professora HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz, respondendo à professora
37 Verónica, que o AVCB, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, significa que o Corpo de
38 Bombeiros vistoriou o prédio e indicou todas as falhas e problemas de segurança que ele possa
39 ter, desde a parte civil, elétrica, de conforto, escadas, acesso, escape etc. E quando tudo está de
40 acordo com o que os Bombeiros determinam, o prédio recebe o AVCB. Tiveram um grande

1 trabalho na Universidade ao final da gestão do professor Knobel, início da gestão do professor
2 Antonio José, na tentativa de estabelecer um Escritório de Produtos Controlados. São reagentes,
3 solventes e ácidos que precisam utilizar na Universidade inteira para o trabalho e que têm
4 controle do Exército, da Polícia Civil ou da Polícia Federal. O trânsito e o estoque são
5 controlados dentro da Universidade desde os fornecedores. Recentemente o AVCB do
6 Almojarifado Central venceu, o que significa que os Bombeiros têm de retornar aqui e olhar se
7 está tudo bem para lhes conceder novamente essa permissão. Pode ser que tenham gastos ao
8 renovar o AVCB, então pede encarecidamente que a COP cuide desse problema. Porque se não
9 podem comprar, por exemplo, alguma coisa bem básica como ácido nítrico para os seus
10 experimentos, o Instituto de Química para, assim como várias outras faculdades e institutos vão
11 parar também. Então, ter vencido o AVCB do Almojarifado Central, que os afeta diretamente,
12 deve ser uma prioridade muito grande para a Universidade. Portanto, solicita novamente que
13 seja dada a extrema, imediata e urgente atenção a esse ponto, porque senão vão parar mesmo,
14 não tem como. Não se consegue contrabandear, não se consegue comprar fora do mercado
15 comum nenhum dos reagentes de que precisam, então isso é grave e os impacta muito. O
16 Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ pergunta à senhora Talita se os R\$101 milhões são em
17 valores atualizados, porque quando se demora a fazer a obra, os valores precisam ser
18 atualizados. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES diz, respondendo ao professor
19 Diniz, que na maioria dos casos são valores atualizados. Há um caso ou outro em que o projeto
20 executivo ainda está terminando, o que pode ter uma variação. No entanto, a cada seis meses
21 atualizam a planilha antes de enviar à DGA, e a depender dessa atualização de preço, podem
22 tirar o valor da reserva de contingência, se for um valor que possuem condições de assumir. Se
23 não, solicitam à PRDU e à Aeplan a suplementação para fazer essas atualizações de preço. Mas
24 a cada seis meses, enquanto a obra não é contratada, esses preços são atualizados. Certamente
25 esse valor de R\$101 milhões vai variar, porque o término do projeto executivo já vai dar alguma
26 variação. Respondendo à professora Verónica, diz que falam o tempo todo em AVCB, mas se
27 esquecem de explicar o que é; agradece à professora Heloise por ter explicado, é exatamente
28 isso que ela disse. Quanto ao almojarifado da DGA, relata que na primeira vistoria feita pelos
29 Bombeiros estava tudo correto, e o AVCB foi concedido. Quando ele venceu, no ano passado,
30 foram encontrados novos problemas, dos quais a DGA começou a correr atrás e está na solução
31 da última situação colocada pelos Bombeiros. A previsão é que eles concluam tudo até final de
32 abril para chamar os Bombeiros, fazer uma nova vistoria e tentar obter o AVCB. No caso do
33 IQ, receberam o projeto executivo para essas adequações esta semana; o projeto certamente terá
34 correções, ele não está pronto, mas isso está encaminhado também. Dos grandes prédios da
35 Universidade, estão com uma obra acontecendo na Biblioteca Central, para também ter o
36 AVCB, e essas sendo encaminhadas agora com os projetos executivos ou completos, ou sendo
37 concluídos. O SENHOR PRESIDENTE diz que seria bom esclarecer se os R\$5 milhões que
38 estão no orçamento para 2023 especificamente nessa linha serão suficientes ou não. A senhora
39 TALITA DE ALMEIDA MENDES diz que já há essa linha de investimentos para a finalidade
40 do AVCB, e destaca que não foi falta de recurso no caso da DGA, como não tem sido para

1 nenhuma unidade. Inclusive, se uma pequena adequação precisar ser feita, podem utilizar esse
2 recurso para fazer essas adequações. Então o procedimento é colocar a solicitação de obra na
3 Depi para poderem fazer alocação desses recursos, e se esses R\$5 milhões não forem suficientes
4 para este ano, vão solicitar uma revisão desse orçamento, ou no caso dos projetos maiores
5 entram com um novo pedido de PPI. O recurso orçamentário não tem sido problema para
6 avançarem nesse tema, o problema é que, de fato, o assunto é bastante complexo, a
7 Universidade é muito grande. Estão com quase 70 projetos técnicos de AVCB em andamento,
8 mas precisam avançar, e estão agilizando ao máximo. A Professora HELOISE DE OLIVEIRA
9 PASTORE JENSEN pergunta se o projeto do almoxarifado do Instituto de Química também
10 vai ser contemplado nesses R\$5 milhões. Observa que a situação é bastante complicada agora,
11 porque nunca lidaram com ela antes. A partir de agora, conforme os autos vão sendo renovados,
12 o conjunto de obras e adequações necessárias será muito menor. Espera que daqui para frente
13 não tenham de passar por uma outra situação tão complicada como esta que estão retomando
14 agora. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES diz que a ideia é exatamente ter essa linha
15 de investimentos para sempre, porque haverá as renovações, as novas adequações. No caso do
16 IQ, esse recurso, ou parte dele, pelo menos, já vem de anos anteriores, pois o projeto demorou.
17 Está sendo feita no Instituto uma obra para adequação de alguns blocos, que inclui o
18 almoxarifado. Vão tentar fazer essa parte primeiro e depois seguir com a parte maior. Essa obra
19 ficou em R\$500 mil, ela já está em execução, e depois vem o restante do Instituto, que é a maior
20 parte. Mas esse recurso do IQ já está garantido, por isso ele não aparece no PPI. Respondendo
21 à professora Verónica, diz que na Depi não consta nenhuma demanda de adequação nem para
22 o Ciclo Básico, nem para o Pavilhão do Básico. A Depi trabalha sob demanda e não há
23 demandas para adequação dessas áreas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que ainda
24 não chegou nada para a Depi, mas participou de uma reunião há cerca de duas semanas com a
25 PRG e com a ProEC em que discutiram uma ideia geral de dar uma olhada geral tanto no CB
26 como no PB. A ProEC estava vendo alguns espaços ali também, como auditórios, para alguma
27 renovação, tudo o que for preciso. Estão começando a montar isso para que, se possível, tragam
28 um projeto até para dentro do PPI para fazer uma renovação geral nesses espaços comuns da
29 Universidade. Então talvez ainda não tenha chegado nada, não há nenhum projeto, mas as pró-
30 reitorias já estão trabalhando. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES diz que vai tentar
31 resumir os critérios de priorização, respondendo ao professor Márcio. Observa que eles estão
32 descritos na Deliberação Consu-A-019/2019, e funciona basicamente da seguinte forma: toda
33 unidade quando precisa de uma obra faz uma solicitação no sistema da Depi, dentro daqueles
34 tipos de obras que apresentou – acessibilidade, AVCB, obra nova, remanescente, reformas ou
35 urgência. A unidade faz essa solicitação, preenche uma série de perguntas, que são os critérios
36 que vão ser avaliados depois. Então, do ponto de vista estratégico, a quantos objetivos
37 estratégicos do Planes atende, se atende à comunidade interna e externa, se tem impacto
38 negativo, se tem impacto econômico, uma série de critérios que o próprio solicitante responde
39 e essas solicitações são avaliadas depois por um comitê de empreendimentos. É um comitê
40 bastante técnico, do qual fazem parte a Depi, a Prefeitura, a Secretaria de Administração

1 Regional de Limeira – SAR, um representante da área da Saúde, um representante da DEA, e
2 esse comitê avalia esses critérios, faz a pontuação e a priorização pelo método Promethee, com
3 todas as demandas dentro cada uma das listas, oferece isso para a Copei como uma proposta de
4 priorização dessas obras por lista, e a Copei delibera a aprovação e priorização dessas obras.
5 Depois disso, a Depi segue a fila de execução para todas as obras que foram priorizadas. As
6 obras que apresentou hoje para o PPI não estão em uma fila de priorização; a ordem que constou
7 na apresentação não necessariamente representa essa priorização, e essa priorização também
8 tem a ver com o momento em que aquele empreendimento está. Pode haver um
9 empreendimento que está na primeira posição de uma lista, mas ele não tem projeto executivo,
10 por exemplo, então é óbvio que ele vai demorar mais para acontecer do que uma obra que já
11 tem projeto, que já está em uma condição mais avançada. Mas no momento em que eles
12 começaram a competir entre eles, seja por recursos, seja por capacidade operacional, olham
13 essa priorização que foi feita e aprovada pela Copei. O Professor ANDRÉ MARTINS
14 BIANCARELLI diz que foi durante um bom tempo membro da Copei, e lá viam essa
15 sistemática da Depi já de muito tempo, com todos os critérios, mas algo que lhe chamava a
16 atenção era o baixo orçamento, de R\$20 milhões. Pegou a fase que caiu para R\$10 milhões por
17 conta do contingenciamento, e agora o cenário é oposto. Achou os números da proposta
18 interessantes, e se já vem tudo priorizado de acordo com os critérios técnicos, faz todo o sentido.
19 Pergunta se a proposta é uma inclusão integral de tudo ou de parte daquelas obras que já estão
20 em andamento ou aquelas que já têm projeto executivo. E se a decisão aqui é tudo ou nada, a
21 inclusão ou não, ou se há alguma ordem de colocação disso ou se trabalha com a possibilidade
22 de incorporar no PPI e continua-se andando nos trâmites anteriores à obra. A segunda pergunta
23 diz respeito a um problema crônico: estão terminando uma obra no Instituto de Economia, que
24 não é tão grande, e imagina que em obras muito maiores essa questão deva ser bastante
25 majorada, que é a capacidade de execução, se há capacidade de gestão desses recursos, dessas
26 obras. Pergunta também se houve avanços nos auxílios da Caixa Econômica às obras na
27 Universidade. Porque aparentemente, se houver recursos, é possível que o problema não seja
28 redução financeira e sim de operacionalidade. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETTI
29 MARTINS pergunta se o Escritório de Produtos Controlados hoje trabalha só com produtos
30 químicos ou radiológicos também. Pergunta como lidam com radiológicos na Universidade,
31 desde compra, cuidado e mesmo quando o equipamento é cedido por alguma das fundações,
32 como acompanham onde ele é colocado, se estruturalmente há alguém que acompanha isso na
33 Depi. Outra questão, um pouco ligada com o que o professor André falou sobre as obras que
34 estão acontecendo, é que tinham um problema muito grande na Universidade que era abandono
35 das obras por incapacidade das empresas, porque as empresas eram muito ruins. Sabem que
36 agora há muitas obras sendo realizadas, e pergunta como podem ter certeza de que as obras vão
37 acabar em um curto prazo de tempo. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES diz,
38 respondendo ao professor André, que as obras que trouxeram hoje certamente não é o pacote
39 total de obras novas, nem de remanescentes, nem das outras listas, apesar de remanescentes
40 faltarem pouco para colocar recursos e terminar. As obras que trouxeram hoje são aquelas que

1 têm condições de fazer a contratação ainda este ano. Então, é uma perspectiva dos próximos
2 projetos a serem concluídos, e não de coisas futuras que ainda não possuem essa perspectiva,
3 pelo menos não para ter os projetos concluídos neste primeiro semestre. A ordem de priorização
4 segue aquilo que foi definido pela Copei, conforme rege a deliberação Consu, mas o pacote que
5 estão trazendo hoje não abarca de fato todas as obras. Se isso vai ser aprovado na íntegra ou
6 parcialmente, acha que depois o professor Fernando pode orientar melhor, mas essas são
7 aquelas que possuem condição de executar. Houve um esforço grande, do meio do ano passado
8 para cá, para contratar engenheiros para fiscalizar as obras. Se esses engenheiros não tivessem
9 sido contratados, estariam com contratos parados de obras; contrataram uma equipe grande, que
10 já está quase saturada, porque a DGA fez uma força-tarefa com as licitações e saíram muitas
11 contratações no final do ano passado. Além disso, são engenheiros que acabaram de chegar na
12 Unicamp, que nunca trabalharam com obras públicas, então é um desafio não só gerir essa
13 execução do dia a dia, como ficar de olho também nas próximas obras que vão sair. Porque, e
14 respondendo um pouco do que o senhor Matheus perguntou, estão tendo alguns problemas com
15 empresas, como sempre tiveram. Há obras que estão deslanchando, cujas empresas estão
16 trabalhando muito bem, mas há algumas empresas com problemas, e isso vai demandando
17 tempo. Uma obra que deveria acabar em julho já está sendo adiada para dezembro. Um exemplo
18 é uma empresa gerenciadora de obras que entrou após vencer a licitação para quatro obras e
19 queria terceirizar toda a mão de obra. Disseram que ela não poderia terceirizar tudo, ela
20 respondeu que não sabia e agora está correndo atrás para contratar mão de obra e começar essas
21 quatro obras. Portanto, há alguns entraves nesse sentido, em especial quando são obras novas,
22 quando envolve fundação, às vezes as empresas querem fazer uma coisa mais barata do que
23 aquilo que estava previsto no projeto. Então continuam tendo problemas com algumas empresas
24 que ganham e com outras se surpreendem pois estão indo muito bem, cumprindo o cronograma.
25 A capacidade de execução terá de ser avaliada no sentido do que poderá ser feito com essas
26 obras, e agora há um elemento novo, que é nova lei de licitações. No que diz respeito ao
27 processo de obras, daquilo que depende da área técnica, muda muito pouco, mas provavelmente
28 haverá algum gargalo em DGA, PG, porque há muita coisa para responder, tem documentação
29 nova a ser composta, então é provável que ocorra alguma lentidão no começo até se adaptarem
30 à nova lei. Fizeram já dois contratos com a Caixa Econômica, que tem acompanhado algumas
31 obras; ela não pode fiscalizar, porque não possui a responsabilidade técnica, mas tem sido um
32 bom apoio nas obras. Vem um engenheiro da Caixa uma vez por semana nas obras, que é um
33 engenheiro bastante experiente, ele faz os relatórios mensais, e isso tem apoiado bastante os
34 engenheiros daqui, que são os fiscais de obra. E precisam ir trabalhando conforme a licitação
35 sai; durante um período, esses engenheiros não tiveram obra para fiscalizar, porque as licitações
36 tinham questionamento, impugnação, a licitação dava fracassada. Não deixam de andar com o
37 processo, fazem a licitação e depois vão lidar com essa capacidade operacional durante o
38 caminho, a depender de cada estágio da obra, mas é um alerta. Conversam bastante sobre isso
39 e estão avaliando se precisam de outras medidas agora, porque além da capacidade da Depi, há
40 também a capacidade da DGA, da PG e de todos os órgãos envolvidos nesse processo.

1 Respondendo à pergunta do senhor Matheus, diz que os produtos radiológicos não fazem parte
2 do Escritório de Produtos Controlados, apenas produtos químicos controlados pelo Exército,
3 Polícia Civil, Polícia Federal. Não sabe quem cuida de radiológicos, talvez a professora Heloise
4 possa esclarecer. A Professora HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que quem
5 controla os produtos radiológicos na Universidade é o Centro de Engenharia Biomédica, o CEB,
6 com autorização da CNEN, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, eles têm todos os
7 equipamentos e profissionais extremamente competentes para fazer isso. O IQ teve de atualizar
8 sua situação junto à CNEN por conta de um detector de um cromatógrafo que a central analítica
9 tem. Tiveram de comprar um detector Geiger para ficar dedicado à medida de radiação
10 continuamente do lado desse equipamento. Perguntou se eles não tinham um para emprestar,
11 para não ficarem com o equipamento parado, e eles responderam que não, porque o que eles
12 tinham estava justamente no Hospital cuidando de algumas partes radiológicas lá, e que a
13 recomendação era que o Instituto comprasse, o que foi feito. A senhora TALITA DE
14 ALMEIDA MENDES agradece à professora Heloise pelo esclarecimento e diz,
15 complementando a questão sobre o AVCB, que é importante lembrar que há todas essas
16 adequações físicas, mas há a formação de brigada de incêndio que todas as unidades são
17 obrigadas a fazer e treinar. A Educorp está com uma contratação na DGA para fazer um
18 treinamento para as unidades que entraram no edital, e é muito importante que as unidades se
19 mobilizem para treinar essas brigadas, porque podem fazer a adequação do prédio, mas os
20 Bombeiros não vão conceder o AVCB se não houve treinamento de brigada. O senhor
21 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que estão realmente com esse processo
22 na DGA e a pressa é entrar antes de mudar a lei. Está correndo o processo e estão esperando
23 marcar a data da licitação. Solicita a ajuda de todos diretores de unidades, porque vão precisar
24 da participação de todos, inclusive docentes e pesquisadores. O SENHOR PRESIDENTE
25 observa que foram cobrados dentro da CAD e do Consu que esses recursos aprovados dentro
26 do PPI para investimento fossem avaliados dentro de todos os sistemas que tinham
27 anteriormente, inclusive a Depi e a Copei, e é isso o que estão fazendo aqui hoje. A Depi tem
28 toda uma sistemática para tratar as prioridades, como bem explicou aqui a senhora Talita; hoje
29 estão falando de investimentos novos, mas são cinco linhas em que são distribuídos esses
30 recursos. A atribuição da COP da destinação dos recursos do PPI respeita o que foi estabelecido
31 e aprovado nas instâncias superiores. O item 01 da Ordem do Dia trata da destinação desses
32 recursos do PPI para a contratação das obras agora já detalhadas. E como disse a senhora Talita,
33 não necessariamente nessa ordem de prioridade, isso ainda será avaliado mais à frente. Não
34 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade.
35 Passa ao item 02 – 01-P-17846/1994 –, que trata da política dos valores das refeições nos
36 restaurantes universitários, com a prorrogação da suspensão da aplicação do artigo 4º da
37 Deliberação Consu A-35/2017, que versa sobre os reajustes aplicados aos valores cobrados pela
38 refeição e café da manhã de estudantes e servidores. Passa a palavra ao senhor Thiago. O senhor
39 THIAGO BALDINI DA SILVA diz, fazendo um histórico do assunto, que no ano passado foi
40 aprovada a suspensão dos reajustes a serem aplicados no restaurante. Foi criado um Grupo de

1 Trabalho que teria o prazo até 31 de março para entregar uma nova política dos reajustes do
2 restaurante universitário, tanto para os estudantes como para os servidores. Nesse meio-tempo,
3 muita coisa evoluiu, principalmente entre os estudantes, a forma de reajuste, como criar uma
4 comissão, como vão tratar esse reajuste anualmente, trazendo para análise de uma comissão
5 específica, e uma das principais questões é separar estudantes dos servidores. Tudo isso evoluiu
6 até que chegou o momento de fazer a nova tabela dos servidores docentes e Paepe, mas ficaram
7 com o prazo apertado por conta do vale-refeição. O VR vai interferir diretamente na política de
8 restaurante, uma vez que a Universidade é proibida de conceder duplo benefício ao servidor.
9 Então, ao fazer a aplicação do VR, a Universidade não poderá mais subsidiar a refeição, e então
10 o GT ficou em um impasse, porque há uma proposta de minuta no expediente do próximo
11 Conselho Universitário, e até fechar essa deliberação do VR ficaram com receio de fazer
12 qualquer alteração nos restaurantes universitários e acabar prejudicando a comunidade com
13 algum mês sem nenhum dos benefícios, sem o subsídio nos restaurantes e sem aplicação do
14 VR. A PG informou que seria melhor tratarem isso tudo de uma vez, então a ideia é prorrogar
15 o prazo da suspensão dos reajustes até agosto. Na verdade, a ideia de agosto é só para jogar
16 uma data mais para frente para que possa passar tranquilamente no Conselho Universitário. Mas
17 a ideia é que tratem das políticas de alimentação – vale-refeição e restaurantes universitários –
18 em uma mesma reunião, para que tenham um início único e evitem lapso temporal. Quando foi
19 feita a proposta orçamentária de 2023, como ainda estava sendo estudada a política de reajuste,
20 estabeleceram as receitas vindas dos restaurantes, tanto de estudantes como de servidores, nos
21 patamares que estavam as receitas do ano de 2022, sem reajuste. Então essa prorrogação não
22 causa nenhuma alteração nos valores já aprovados dentro da proposta orçamentária. É lógico
23 que se efetuassem o reajuste, aumentariam as receitas, mas o que está aprovado permanece
24 como está. O SENHOR PRESIDENTE observa que a deliberação atual traz duas sistemáticas,
25 uma para tarifa dos estudantes e outra para a tarifa dos servidores. No caso dos estudantes, ela
26 é indexada às bolsas, o que não é uma boa sistemática, até porque as bolsas são muito diferentes
27 na Universidade, os reajustes são muito diferentes na Universidade, e não necessariamente
28 todos são contemplados com bolsas. Então vão desvincular do reajuste das bolsas e recalcular
29 o subsídio a partir do próprio contrato quando tiverem agora em junho um valor mais exato
30 desse contrato e o custo unitário das refeições, para entender qual o subsídio a ser feito para os
31 estudantes. E como o senhor Thiago já explicou, em relação aos servidores, imaginam até o
32 início de agosto já terem toda a definição com relação ao vale-refeição, que já incluíram na
33 PDO 2023. Ressalta que não é permitido por lei que tenham os dois benefícios ao mesmo tempo,
34 o subsídio no restaurante universitário e o VR. Portanto, estão pensando em uma sistemática
35 junto com a Procuradoria Geral, observando que essa sistemática do VR é bastante complexa,
36 porque envolve a área da Saúde, envolve carreiras diferentes, envolve se há servidores com
37 menos de 24 horas, 20 horas. Tudo isso está sendo devidamente analisado para vir essa
38 proposta, então a prorrogação é até 1º de agosto, para que haja tempo hábil para que os dois
39 casos sejam devidamente avaliados, o subsídio aos estudantes e a nova sistemática da tarifa do
40 restaurante já pensada junto com a questão do VR. A Professora VERÓNICA ANDREA

1 GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece pela explicação e diz que agora acha que entendeu melhor esse
2 equacionamento entre o vale-refeição e a tarifa do restaurante. Ainda não conseguiu ver a
3 documentação que foi enviada para o Expediente do Consu, então não vai se antecipar. Vai
4 colocar algumas coisas que se deflagram dessas novas possibilidades, uma delas é a ausência
5 de cantinas no *campus*. As cantinas se fazem necessárias, e gostaria de entender qual é a
6 polêmica ou entrave jurídico hoje em dia para que essas cantinas, em alguma modalidade, sejam
7 instaladas no *campus*. Transita entre CB e PB a semana toda, e cantinas nessa região onde
8 transitam muitos professores e estudantes facilitariam a convivência. O segundo ponto é a
9 interação aos benefícios como o VR, que é muito bem-vindo para poderem usar eventualmente
10 nessas cantinas. Outro ponto é uma questão que foi trazida para ela por colegas, para que
11 pensem juntos, que é o fato de a Reitoria da USP ter criado uma gratificação de valorização de
12 extensão e permanência. Não diz que devem fazer a mesma coisa, sabem que cada Universidade
13 opera de um jeito, mas é interessante essa criação, motivada pela importância de valorização
14 do vínculo dos docentes e técnico-administrativos, bem como pela necessidade de estímulo e
15 retenção desses talentos nos quadros da Universidade frente à disputa com o mercado privado
16 e com as oportunidades no exterior. Achou interessante ver que instituições próximas têm essa
17 preocupação, então deixa aqui o seu apelo; sabe que é difícil, que é um dilema, não precisam
18 fazer o que a USP faz, mas há o *ticket* saúde e esse bônus que colocam a Unicamp em uma
19 discussão que devem levar adiante. O SENHOR PRESIDENTE diz, respondendo à professora
20 Verónica, que em relação às cantinas, na Cepe e na CAD houve uma apresentação da Prefeitura
21 Universitária explicando as licitações mais recentes dos contêineres de café e de restaurante.
22 Houve várias licitações que não foram bem-sucedidas e agora, finalmente, algumas foram
23 devidamente licitadas. Em relação à gratificação da USP, não vai entrar na política de uma
24 universidade irmã, mas entendem aqui que esse não é exatamente o melhor caminho para se
25 pensar uma política de permanência e de atratividade. Primeiro porque lhe parece que esses
26 valores foram distribuídos de forma muito desigual, R\$30 mil para docentes e R\$5 mil para
27 funcionários. Além disso, acha que essa não é uma política que cria atratividade, afinal é para
28 quem já está e não para quem querem que venha para dentro da Universidade. Então, não
29 entende como isso funciona como uma política de permanência e atratividade, e acredita que a
30 política que estão adotando na Unicamp é uma política muito mais razoável. Se olham para o
31 quadro comparativo de um ano e meio atrás entre USP, Unesp e Unicamp, o comprometimento
32 da folha, onde está incluído tudo o que estão falando aqui, progressão, gratificações, salários,
33 os benefícios, havia uma diferença com a USP e a Unesp de aproximadamente três pontos
34 percentuais. Se olham hoje para essa diferença, ela está em torno de seis pontos percentuais.
35 Essa diferença tem uma explicação: hoje a Unicamp possui um comprometimento em torno de
36 75%, 76% da folha, enquanto elas têm em torno de 70%, 69%, isso porque a Unicamp fez
37 nesses últimos dois anos um processo bastante razoável de contratação docente e contratação
38 de servidores Paepe, e ao mesmo tempo promoveu um processo intenso de progressão. A
39 primeira rodada de progressão Paepe contemplou cerca de 2.100 servidores, e na progressão
40 docente, incluindo todas as carreiras, inclusive Pq, que atingiu 85% da progressão, houve em

1 torno de 900 progressões. Lógico que isso vem para dentro da folha e representa o que entendem
2 que é a verdadeira forma de promover valorização, criar condições de permanência, de
3 atratividade para a Universidade. O reajuste foi o mesmo para as três, então nesse caso não
4 muda. Essa é a forma da Unicamp de entender que cria uma política, uma carreira, uma
5 valorização pessoal. Então, prefere a sistemática que vem sendo adotada pela Unicamp, sem
6 entrar no julgamento da decisão que vem sendo realizada pela Unesp e pela USP. A verdade é
7 que, em termos de contratação e progressão, as duas universidades irmãs avançaram muito
8 pouco até agora. E lógico que isso sem prejuízos de a Unicamp continuar analisando suas pautas
9 específicas, como é a questão do VR, que já está orçamentado para 2023 e que agora estão
10 apenas analisando a sistemática. Até porque a lei que trata da questão do vale-refeição e vale-
11 alimentação está em plena convergência, e precisam ter um resultado até maio, onde elas serão
12 iguais, então entende que essa continua sendo uma forma melhor de utilização dos recursos da
13 Universidade. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz, retomando a apresentação feita
14 pelo prefeito, senhor Juliano Finelli, na última CAD, que as licitações acabam demorando para
15 acontecer, mas conseguiram fechar a licitação das *vending machines* , que são as máquinas onde
16 se pode comprar café e outras bebidas, além de lanches, salgadinhos, *snacks*. A informação da
17 Prefeitura é que essas máquinas vão atender a 48 unidades e órgãos, com uma máquina de
18 bebida e uma de alimentação em cada uma delas. A primeira fase das entregas dos
19 equipamentos deve acontecer ainda em março, com 24 equipamentos. As primeiras unidades a
20 receber são HC, Caism, FEQ, FECFAU, Imecc, IEL, IFGW, Cotil, FCA, FOP e Cotuca. Um
21 segundo ponto são as cantinas em contêineres, cuja primeira fase de instalação está prevista
22 para começar em abril, com cinco restaurantes: FE, FCA, FECFAU, DGA, HC e dois
23 contêineres de café, um no IQ e um na FOP. Além disso, estão ocorrendo as feiras livres,
24 distribuídas pela Universidade em praticamente todos os dias da semana. A Professora
25 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que vai estender um pouco mais os
26 comentários da professora Verônica, tanto os que ela fez hoje, como os que ela fez na CAD.
27 São duas atitudes que a Universidade de São Paulo tomou e que os docentes, em sua grande
28 maioria, estão comentando. Tem certeza de que a Administração da Unicamp sabe que os
29 docentes estão comentando e aprofundando discussões nessa direção. Solicita que talvez
30 pensem um pouco mais sobre os dois assuntos: o primeiro é a valorização da carreira da metade
31 para baixo, que é isso essencialmente o que a USP vai fazer ao premiar docentes e funcionários
32 que tenham de 20 anos para menos. Então não é o extrato superior, o extrato mais sênior, mas
33 o extrato médio e mais júnior. E o segundo é o auxílio-saúde. Essas são atitudes que os docentes
34 consideram boas, como também são boas atitudes as que a Unicamp tem feito. As contratações,
35 as promoções são excelentes, mas vê esses dois aspectos tomados como extremos, como se eles
36 não pudessem conviver. Então é muito bom que se contrate e se promova. A promoção é um
37 reconhecimento, e sabem que precisam de contratações porque perderam colegas para
38 aposentadoria e para outras situações, mas também é bom o reconhecimento em termos
39 financeiros. Então talvez uma solução de compromisso entre essas duas atitudes fosse
40 interessante, porque não existe só um meio de saída, um meio de criar bem-estar na

1 Universidade, os dois podem ser aplicados e seriam muito bem-vindos. Tem mais de 20 anos
2 de contratada, então não estaria de nenhuma forma premiada por essas gratificações de
3 permanência, mas estão perdendo docentes, e vão perder muito mais até em concursos para a
4 USP, porque paulatinamente está se tornando mais interessante ser docente da USP do que da
5 Unicamp. Portanto, vão perder até contratações, o que é muito ruim. Quanto ao auxílio-saúde,
6 durante a CAD o professor Antonio José falou bastante sobre a questão do Cecom. O Cecom é
7 um ótimo serviço, sem sombra de dúvida, tão bom que as filas são imensas. Entretanto, o Cecom
8 não atende familiares, enquanto o auxílio-saúde alcança também os familiares, então são coisas
9 diferentes, e precisam pensar com um pouco mais de cuidado nisso. É claro que entende, e não
10 pode fazer nada senão apoiar, se a Administração disser que o fim e a forma como ela quer
11 administrar está na direção que ela vem tomando até agora, mas se isso não é algo tão estrito,
12 talvez fosse bom ser um pouco mais flexível nesse sentido. E talvez negociar com o corpo
13 docente, porque algumas manifestações vão acontecer e é bom que possam conversar um pouco
14 mais. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que precisam entender
15 que o Cecom não é um plano de saúde; o plano de saúde é mais abrangente, e quando foi lançado
16 o *ticket* saúde foi dito isso, que não são a mesma coisa. Então acha que precisam caminhar para
17 ter alguma classe de cuidado, porque estão muito perto da USP, convivem o tempo todo com
18 as pessoas de lá, e seria necessário pensar nisso aqui, nos moldes que a Unicamp puder, se a
19 Unicamp achar que vale esse esforço. Quanto à carreira, concorda que ela foi bastante
20 prestigiada e priorizada por esta Reitoria, pelo que agradece, por ter dado vazão à carreira
21 docente. No entanto, essa carreira estava estagnada há bastante tempo, e ela tem como
22 característica interstícios muito mais duros que a carreira na USP. Aqui, uma pessoa que fez o
23 nível MS-5.1, por exemplo, tem de esperar três anos para concorrer, mas na USP não é assim.
24 Então, o que acontece aqui é que o interstício que seria de três anos passou a cinco ou seis anos
25 em razão da lei complementar 173. A Reitoria está trabalhando para diminuir essa defasagem,
26 mas não chega aos níveis da USP, porque a USP tem outro estilo. No que se refere às
27 contratações, realmente a Unicamp teve mais contratações, e parabeniza a Administração por
28 isso. Mas reforça que é importante que tenham uma conversa sobre esses itens, para que possam
29 se entender na medida das possibilidades da Universidade. O SENHOR PRESIDENTE diz que
30 se há uma coisa que esta gestão faz é conversar com a comunidade. Todas as políticas que
31 aprovaram, por exemplo, oriundas da PRDU, como a política de contratação Paepe e docente,
32 assim como a questão da progressão, foram debatidas com as bancadas, com os diretores,
33 discutiram previamente à CAD e ao Consu. Todo o processo da progressão, que envolvia
34 milhares de funcionários, foi discutido amplamente, e acabaram de homologar agora os critérios
35 de distribuição de recursos de avaliação. Além disso, lançaram ontem o Programa de Incentivo
36 a Novos Docentes, envolvendo recursos da ordem de R\$60 milhões, algo bem diferente dessa
37 proposta de abono da USP, pois se trata de um programa de incentivo à atividade acadêmica
38 com mérito. Os docentes vão ter de submeter um projeto na área de pesquisa, de ensino ou
39 extensão. É assim que acredita que valorizam não apenas o uso do recurso público, como os
40 profissionais da Universidade. Não estão falando de recursos pequenos, mas de R\$60 milhões,

1 imaginando que isso vai abarcar um contingente potencial de 600 docentes, que são aqueles
2 que tenham até oito anos de Unicamp e até 12 anos de doutoramento. Obviamente que quem
3 está fora desse período não vai gostar, mas a intenção é exatamente incentivar esses novos
4 docentes, dadas as dificuldades pelas quais o país passou nesses últimos seis anos de
5 financiamento, também as dificuldades recentemente por conta da pandemia e que certamente
6 fizeram com essas carreiras acadêmicas tivessem maior dificuldade de acessar as agências de
7 fomento, de conseguir seus recursos para fortalecer as suas carreiras. Isso é reconhecimento, é
8 incentivo; acredita que nada provoque mais atratividade e reconhecimento do que programas
9 como esses, ao invés de distribuir R\$30 mil sem nenhum critério. Prefere acreditar que isso é
10 uma forma de valorização tanto das carreiras quanto do uso do recurso público. Além disso,
11 estão rodando já o segundo processo de progressão Paepe. Com relação especificamente à
12 questão do plano de saúde, discutiram isso na CAD, e inclusive a professora Maria Luiza falou
13 sobre o Cecom como uma referência nacional. Três dias antes da reunião, haviam recebido o
14 reitor da Uerj e vários pró-reitores para discutir exatamente o Cecom; eles passaram o dia inteiro
15 visitando essa experiência exitosa, reconhecida por outras instituições. Entende que ela não
16 atinge os familiares, como foi colocado aqui, mas já é um atendimento importante para os
17 servidores e alunos. Entretanto, observa que a decisão é da comunidade; apresentaram para
18 2023 um orçamento absolutamente equilibrado, seguindo com as propostas que consideram
19 coerentes de contratação e de progressão e lógico, também sempre pensando em reservar
20 recurso para manter seu poder aquisitivo. É uma proposta equilibrada entre as receitas e
21 despesas. Um programa como esse de saúde implica, com base em uma conta rápida,
22 considerando 8,5 mil servidores ativos na Unicamp, e tomando como parâmetro um valor médio
23 do *ticket* que a USP está oferecendo que é até R\$900 mais familiares, o valor pode chegar a
24 mais de R\$2.000. Se assumem a média de R\$1.000, estão falando de R\$8,5 milhões mensais,
25 que multiplicados por 12 superam os R\$100 milhões anuais. Se a comunidade entender que isso
26 é prioritário, terão de dizer de onde vão tirar esses R\$100 milhões, pois não será do orçamento,
27 que está equilibrado. Podem, inclusive, em vez de aprovar aqui esses R\$100 milhões de
28 investimento em obras da Depi, que é uma vez só, dizer que preferem usar esses recursos que
29 estão na reserva permanentemente, porque vão ser R\$100 milhões todos os anos, utilizados para
30 um plano de saúde. Essa é uma decisão que é da comunidade, só que o papel da PRDU e da
31 COP é o de analisar o que significa comprometer para o médio e longo prazo despesas da ordem
32 de R\$100 milhões. E isso se somente considerarem os ativos, porque imagina que um plano de
33 saúde seja tão ou talvez até mais importante para os inativos, que hoje correspondem a 40% da
34 folha da Universidade. Novamente fazendo uma conta rápida, esse valor seria da ordem de
35 R\$150 milhões anuais. Essa não é uma decisão apenas de gestão, é uma decisão da comunidade.
36 Se ela for prioritária, superior à ideia de contratação, de progressão, de manutenção do poder
37 aquisitivo, dos investimentos, que estão claramente defasados, já que existe uma depreciação
38 da infraestrutura da Universidade, essa é uma decisão da comunidade. Não existe milagre,
39 precisam arrumar de onde tirar R\$100 milhões ou R\$150 milhões anuais, que não serão
40 despendidos de uma vez só, eles passarão a ser recursos permanentes colocados anualmente.

1 Na última revisão orçamentária aprovada, mostraram o cenário de 2023, em que as incertezas
2 estão muito presentes. Ontem reuniram a comissão de planejamento econômico para avaliar,
3 com docentes e servidores especialistas na área, os efeitos da reforma tributária, os efeitos da
4 Previdência, e estão pensando no cálculo atuarial da Universidade, que deveria existir para
5 terem uma ideia sobre a política de reposição, a questão da aposentadoria, onde vão encontrar
6 esse equilíbrio. Precisam olhar para essas questões de uma forma sistêmica, organizada. Não
7 podem ser voluntaristas sobre nenhuma política, e acha que as políticas que têm feito do ponto
8 de vista da valorização profissional – reposição salarial, contratação e progressão – têm sido
9 feitas de uma forma absolutamente responsável e equilibrada. Qualquer outra proposta que seja
10 apresentada será debatida, só não pode concordar com o argumento de que debateram pouco
11 dentro da Universidade. Tudo isso que anunciou aqui até agora foi muito debatido pela
12 comunidade, em todas as instâncias, com todas as categorias. Portanto, não é uma questão de
13 falta de diálogo, é uma questão de chegar a uma conclusão do que é prioridade. Não havendo
14 mais observações, submete à votação a política de valores das refeições nos restaurantes
15 universitários, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 03 da Ordem do Dia – 27-D-
16 6671/2023 –, que trata do realinhamento dos valores do modo de plantão tipo 1-G do Caism. O
17 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o professor João Bennini vai explicar melhor,
18 mas se trata de um realinhamento dos valores dos plantões 1-G, de R\$132,25 para R\$198,38,
19 que é um plantão que atende só o Caism, são apenas duas pessoas que realizam. Com isso ele
20 chega a um patamar mais próximo dos outros plantões, mas continua sendo o plantão médico
21 mais barato da Universidade e muito abaixo da média paga fora da Universidade a pessoas que
22 fazem plantão com essa mesma especificidade. O Professor JOÃO RENATO BENNINI
23 JUNIOR diz que esse é um módulo de plantão específico do Caism, e fará um breve histórico
24 para explicar por que estão fazendo esta solicitação. Quando assumiram a gestão do Caism há
25 alguns anos, encontraram uma situação muito descontrolada na área da Saúde como um todo.
26 No Caism era um pouco menos crítica, mas estava em uma derivada muito complicada, porque
27 não tinham controle de demanda, de entrada de pacientes. Então, eram frequentes os pedidos
28 de suplementação da área da Saúde para o orçamento e observaram que muito disso estava
29 relacionado a um descontrole. Possuem uma contratualização com o SUS para poder atender
30 um determinado número de internações, consultas e procedimentos médicos, entretanto não
31 havia dentro da área da Saúde uma política de controle dessa demanda. Dessa forma, ficavam
32 muito reféns do próprio sistema de saúde no sentido de que não tinham como saber qual era o
33 número de consultas, de internações que aconteceriam por mês, porque não havia esse tipo de
34 controle. Isso era muito ruim, porque, obviamente, o orçamento é limitado e havia um
35 dimensionamento de determinado número de atendimentos que estourava mensalmente. Isso
36 gerava uma série de consequências muito ruins para a administração do Hospital e afetava,
37 obviamente, toda a área da Saúde e também a Universidade como um todo. Dessa forma,
38 começaram a adotar uma estratégia dentro do Caism para tentar ter um controle dessa demanda
39 de entrada de pacientes. Foram buscar as soluções e observaram que não tinham, por exemplo,
40 dentro do hospital, um núcleo responsável por fazer a interface do hospital com os órgãos

1 reguladores do estado para a entrada de pacientes. E esse núcleo nem é uma determinação do
2 Caism; existe, por exemplo, o manual do Ministério da Saúde de 2017 recomendando que todas
3 as unidades assistenciais de saúde de alta complexidade, principalmente, tenham dentro da sua
4 estrutura um núcleo de regulação para recebimento de consultas e internações, para que isso
5 não estoure as suas metas, para que isso não traga um déficit no orçamento da unidade. Então
6 se movimentaram para criar esse núcleo, extremamente enxuto, que permitiu nos últimos anos
7 convergir o Caism para uma despesa mais próxima daquilo que estava orçamentado.
8 Inicialmente esse núcleo funcionava de segunda a sexta, das 8 às 18 horas, mas perceberam que
9 os plantões noturnos e aos finais de semana estavam sem controle, porque esse núcleo não
10 estava atuando. Isso passou por análise de dois grupos de trabalho junto à Reitoria e no final da
11 gestão do professor Marcelo Knobel foi criado esse tipo de plantão específico para o Caism,
12 para o núcleo de regulação. Foi uma decisão estratégica, extremamente relevante, que permitiu
13 controlar toda entrada tanto do paciente de internação, de pronto atendimento, de consultas, e
14 permitiu que o recurso extraorçamentário que captassem ajudasse na questão do custo do
15 hospital, na questão de investimentos. Então conseguiram passar um bom período sem precisar
16 recorrer a suplementações orçamentárias junto à Reitoria. Começaram esse plantão com um
17 valor baixo, justamente para caber dentro do orçamento, e que é bem menor do que a média do
18 mercado de plantões. Atualmente ele corresponde a menos da metade do que se paga em um
19 plantão médico, mas foi a maneira de começar, conseguiram pessoas engajadas que aceitaram
20 participar. Entretanto, como esse núcleo tem uma ação muito estratégica, as atribuições dele
21 foram aumentando, os plantões começaram a ficar até mais estressantes, porque é extremamente
22 complicado para o médico precisar negar atendimento, vaga, não são treinados para isso, então
23 não é um perfil fácil de encontrar no mercado de pessoas que estão habilitadas a fazer esse tipo
24 de plantão. Foram atuando dessa maneira porque é uma questão orçamentária, mas por conta
25 de a própria política do Caism ser muito enxuta nessa questão dos plantões, conseguiram até
26 rever alguns postos. Porque isso é um ponto importante, o plantão está no orçamento, mas ele
27 não é uma contratação à parte de pessoas. São os próprios médicos e docentes do corpo clínico
28 do hospital que atuam junto aos plantões, então isso pode ser revisto a qualquer momento.
29 Fizeram uma revisão e conseguiram deixar dentro do orçamento, mas como realmente o valor
30 foi ficando muito defasado, começou a haver saídas de profissionais. Recentemente tiveram a
31 saída de uma médica, o que os deixou muito preocupados, porque inviabiliza o funcionamento
32 desse núcleo. Estão no final de uma reforma da unidade de terapia intensiva neonatal, que é
33 justamente a área que tem mais superlotação, e não desejam de forma alguma voltar a ter esse
34 sistema de superlotação aqui, justamente para não ter de ficar pedindo suplementação de
35 orçamento, para não furar com todo o planejamento que existe na Universidade. Nesse sentido,
36 observaram que havia uma certa folga no orçamento de plantão, ou seja, não precisaria
37 suplementar nada para isso. Conversaram com o professor Sarti e com o senhor Thiago e
38 disseram que com esse reajuste ainda não vai estar dentro da média do mercado, vai estar uns
39 65%, 70% da média, mas conseguem mobilizar as pessoas mais facilmente para poder fazer
40 esses plantões aqui. Porque isso é um ponto importante, já houve vários grupos de trabalho,

1 participou de dois recentemente fomentados pela própria Reitoria para revisar essas questões
2 dos plantões. Todos entendem que o plantão é necessário, mas o primeiro ponto que se coloca
3 nas portarias é que ninguém é obrigado a dar plantão. Os médicos e os docentes fazem plantão
4 por uma motivação financeira, claro, mas também por engajamento, então precisam realmente
5 desse realinhamento para que não corram o risco de colapsar uma estrutura que realmente está
6 fazendo toda a diferença em termos de ação estratégica na parte financeira do hospital. Está à
7 disposição se alguém tiver alguma pergunta. Não havendo observações, o SENHOR
8 PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais
9 havendo a tratar na Ordem do Dia, abre a palavra se houver manifestações no Expediente. O
10 Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ agradece a todos e se despede, pois seu mandato como
11 diretor termina no dia 23 de abril. O SENHOR PRESIDENTE agradece ao professor Diniz
12 pelas participações, colaborações, intervenções. O Professor MÁRCIO ANTONIO CATAIA
13 manda um abraço para o professor Diniz, dizendo que é sempre um prazer ter a companhia dele.
14 Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será
15 submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
16 Conselho Universitário. Campinas, 23 de março de 2023.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 158ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 27
de abril de 2023, sem alterações.*